

## Bahia

### A luta em defesa da terra e do território garante o modo de viver



As histórias de vida dos moradores de Porteira de Santa Cruz, comunidade situada no município de Serra Dourada, e de comunidades vizinhas, se entrelaçam com as histórias da Larga, lugar onde a liberdade do povo e o acesso à terra e ao território passaram muitos anos livres das cercas da ganância construídas pelo avanço do agronegócio na região oeste da Bahia.

Essa área de Fecho de Pasto, também conhecido por Larga, é utilizada por comunidades do município de Serra Dourada. O território garante um modo de criação bem característico, que é a solta do gado em áreas

coletivas, sobre terras devolutas do estado da Bahia. Além da solta dos animais, também é utilizada para o cultivo da mandioca e coleta de frutos e plantas medicinais do cerrado. «Quando eu entendi por gente, a gente vem labutando lá dentro e é assim desde o tempo dos meus avós.» Fala do Sr. Olerino, posseiro de 63 anos, afirmando que o uso da área é centenário, ultrapassa gerações. As atividades desenvolvidas na Larga eram constantes, os posseiros dividiam as atividades anuais entre suas áreas individuais e a coletiva, estando presente na Larga o ano todo. Do início de outubro até meados de maio era (é) o tempo de realizar a solta do gado para aproveitar as forragens nativas que se desenvolvem nesse período, no restante do ano eram feitas as atividades de manutenção, como aceiro, cercamento, currais, tanques, entre outras.



No início da década de 1980, iniciou-se os conflitos por terra, na mesma forma que acontece em todo o oeste da Bahia: a grilagem de terras estruturando-se através da repressão de pistoleiros contra os/as posseiros/as. Os grileiros, com o intuito de plantar eucalipto proibiam o acesso à Larga, matavam os gados que encontravam na solta, proibindo acesso de pessoas e animais. Foi também nesse período que surgiu a necessidade de organização para enfrentar a grilagem de terras e defender o seu uso pelas comunidades. Desde 1985, os agricultores vêm resistindo às investidas do agronegócio. Nesse mesmo período 75 agricultores resistiram à invasão da área, fazendo enfrentamento direto com os pistoleiros. Com o apoio de outros agricultores eles cercaram a área para demarcar o território e barrar a invasão da grilagem. Nesse mesmo período foi construída a Associação dos Pequenos Agricultores e Produtores da Larga que hoje possui 230 sócios.



Após esse processo de resistência, os/as agricultores/as passaram 24 anos realizando as atividades na Larga sem ameaças diretas, porém em 2009 um latifundiário do Rio Grande Sul se apresentou como proprietário da área. Três anos depois, um desembargador de Minas Gerais afirmou ser dono, retomando os conflitos na área da Larga. Um dia normal de labuta, em 2015 durante, em meio a um plantio de mandioca, 11 agricultores foram presos de forma arbitrária, permanecendo por 24 horas na delegacia de Baianópolis-BA. Além da prisão, foram derrubados vários hectares de mandioca, uma casa que servia de apoio nos dias de campeio e os agricultores ficaram sem frequentar a área por 60 dias devido a presença de pistoleiros. Isso

ocasionou a perda da produção, porém reacendeu o desejo e a necessidade de permanecer fortalecidos em defesa da área. Nesse mesmo período através de orientações de um animador de campo da Associação Comunitária da Escola Família Agrícola de Correntina e Arredores (ACEFARCA), os posseiros conheceram a Comissão Pastoral da Terra (CPT), conseqüentemente, a Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais, as quais vem sendo braços fortes na defesa da Larga Livre.

Os/as agricultores/as e posseiros/as sofrem com o medo das injustiças e da criminalização, continuaram utilizando a Larga porém reduzindo a área de cultivo de 400 hectares de mandioca para 5 hectares. Essa área de roçado faz parte das 16.400 hectares utilizadas pelos/as agricultores/as para solta do gado e roçados e está sendo reivindicada pelos mesmos em um processo de ação discriminatória junto a Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário (CDA) órgão de regularização fundiária do estado da Bahia.

As ações truculentas com o intuito de retirar os posseiros e deixá-los sem ter de onde tirar o sustento não se findou em 2015. Em 2017 cinco agricultores, entre eles dois idosos, foram retirados da comunidade onde praticavam sua labuta rotineira e foram levados para delegacia de Baianópolis de forma autoritária e sem mandado judicial. Ficaram presos por 21 dias, sentindo a injustiça por perderem a liberdade em uma luta que é em defesa da vida. Várias organizações sociais e órgãos do estado se posicionaram em defesa dos trabalhadores. Essa ação demonstra a criminalização das organizações sociais e dos povos tradicionais. «Quando eles foram liberados tinha mais de 80 pessoas para recebê-los, choramos, fizemos churrasco e esse momento fortaleceu a luta.» Neto, agricultor e posseiro, relembra esse momento mostrando que a luta é contínua e o povo segue fortalecido.